

LEI MUNICIPAL nº 802/2023

(de 24 de outubro de 2023)

"DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES E DOS DIREITOS HUMANOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARAGOGI, Estado de Alagoas, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n° 099/90, de 05 de abril de 1990 e pela Constituição Federal, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º Fica criada e incluída na estrutura administrativa do Poder Executivo Municipal de Maragogi, a Secretaria Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres e dos Direitos Humanos, nos termos desta Lei.

Art. 2º Em razão do disposto no art.1º desta Lei, a Lei Municipal 760, de 20 de junho de 2022, alterada pela Lei 779/2022, tem por excluídas: a alínea K do inciso III do art.10 e a Coordenadoria Municipal da Mulher da estrutura da Secretaria Municipal de Assistência Social, Desenvolvimento Humano e Habitação no inciso VII do art.19; e inseridos: a aliena "p" no inciso V do art.10, o inciso XVI no art.19 e o art.53-A, passando a vigorar com as seguintes alterações:

"Lei Municipal 760/2022:

. . .

Art.10. A Organização Administrativa Municipal de Maragogi, é constituída pelos seguintes componentes:

. . .

PALÁCIO DAS PALMEIRAS





V - Secretarias Municipais:

. . .

 $\,$ p - Secretaria Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres e dos Direitos Humanos.

. . .

Art.19. Das Secretarias Municipais tem como base as seguintes estruturas organizacionais:

. . .

XVI - SECRETARIA MUNICIPAL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES E DOS DIREITOS HUMANOS

Secretário Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres e Direitos Humanos

DEPARTAMENTO TÉCNICO

- a.1. Assessor Técnico
- b.1. Diretor Técnico Municipal de Políticas Públicas para
 Mulheres e Direitos Humanos
- 1.1. Coordenador de Políticas Públicas e Projetos para Mulheres
- Gerente de Prevenção e Enfrentamento à Violência contra a Mulher

Gerente de Promoção a Autonomia Economica e Igualdade no mundo do Trabalho

1.2. Coordenador de Políticas Públicas e Projetos para os Direitos Humanos





1.2.1. Gerente de Políticas Públicas para os Direitos Humanos;

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

b.2. Diretor de Departamento Administrativo

Diretor de Departamento Financeiro

2.1. Coordenador Geral Administrativo e Financeiro

2.2.1.1.Chefe do Setor Pessoal e Contábil

2.2.2.2.Chefe de Patrimônio, Manutenção, Transporte e Serviços Gerais

2.2.2.3.Assessoria Executiva

CENTRO ESPECIALIZADO DE ATENDIMENTO À MULHER - CEAM

3.1 - Coordenador Geral do CEAM

Art. 53-A

A Secretaria Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres e dos Direitos Humanos tem por competência prestar apoio e assistência direta ao Chefe do Poder Executivo quanto as pólíticas públicas para as mulheres, e a compete, diretamente ou por meio de órgãos subordinados:

I - a coordenação e a execução das políticas públicas voltadas à promoção dos direitos da mulher e à diminuição das desigualdades entre mulheres e homens;

II - a formulação de políticas e diretrizes voltadas à promoção dos direitos da cidadania, da criança, do adolescente, do idoso e das minorias e à defesa dos direitos das pessoas portadoras de deficiência e promoção de sua integração à vida comunitária;





III - coordenar a política municipal de direitos humanos,
em conformidade com as diretrizes do Programa Nacional de Diretos
Humanos - PNDH;

IV - articular iniciativas e apoiar projetos voltados para a proteção e promoção dos direitos humanos em âmbito municipal, tanto por organismos governamentais como por organizações da sociedade;

V - a implantação e o acompanhamento da institucionalização das políticas públicas para as mulheres no âmbito da Administração Pública Municipal;

VI - a articulação integrada e transversal das políticas públicas para as mulheres;

VII - o combate a todas as formas de violência, preconceito, discriminação e intolerância contra as mulheres;

VIII - o estabelecimento de diretrizes e a defesa da dignidade de todas as mulheres de forma integral, de modo a dar suporte para que contribuam com o bem comum;

IX - a formulação, coordenação e articulação das políticas públicas para as mulheres, incluídas atividades antidiscriminatórias em suas relações sociais, de combate a todas as formas de violência contra a mulher e de atenção integral à dignidade da mulher; e

X - a implementação, formulação, apoio e avaliação das políticas públicas para a promoção dos direitos das mulheres, considerada a perspectiva da família, o fortalecimento de vínculos familiares e a solidariedade intergeracional.

XI - a promoção da autonomia econômica e financeira das mulheres, considerando as dimensões étnicas, raciais, geracionais, regionais, orientação sexual e de deficiência;







XII - a articulação de políticas transversais de gênero dos Governos no espaço municipal, estadual e federal que efetivem os direitos humanos das mulheres, visando à superação das desigualdades;

XIII - a promoção de políticas de ações afirmativas no mundo do trabalho que reafirmem a condição das mulheres como sujeitos sociais e políticos;

XIV - promover a organização produtiva de mulheres vivendo em contexto de vulnerabilidade social, notadamente nas periferias;

XV - ampliar o acesso das mulheres ao mercado de trabalho, fornecendo junto com as secretarias do município qualificação profissional;

XVI - proporcionar às mulheres em situação de violência um atendimento humanizado, integral e qualificado nos serviços especializados e na rede de atendimento;

XVII - desconstruir estereótipos e representações de gênero, além de mitos e preconceitos em relação à violência contra a mulher, e promover uma mudança cultural a partir da disseminação de atitudes e respeito à diversidade;

XVIII - garantir e proteger os direitos das mulheres em situação de violência, considerando as questões étnicas, raciais, geracionais, de orientação sexual, de deficiência e de inserção social, econômica e regional;

XIX - ampliar e garantir o acesso à justiça e à assistência jurídica gratuita as mulheres em situação de violência;

XX - elaborar e coordenar planos, programas e projetos relativos à questão da mulher no âmbito do Município, dentro da proposta orçamentária da secretaria;





XXI - elaborar e executar, em conjunto com outras Secretarias e órgãos da Administração Direta e Indireta, políticas públicas nas áreas que interferem diretamente na situação da mulher na sociedade;

XXII - promover as políticas de atenção à mulher, a eliminação das discriminações e a inserção da mulher no âmbito social, político, econômico e cultural;

XXIII - planejar e executar a organização das conferências municipais de políticas públicas para as mulheres; e

XXIV - promover a articulação com a Guarda Civil Municipal de Maragogi e a sua Patrulha Maria da Penha, no intuito de garantir o suporte psicossocial e jurídico nos atendimentos as mulheres vítimas de violência doméstica.

Art.3°. A Secretaria Municipal de Políticas Públicas para
as Mulheres e dos Direitos Humanos será dirigida por um Secretário.

Art.4°. Para os efeitos do disposto neste artigo, ficam criados e incluídos na estrutura organizacional da administração direta do Poder Executivo Municipal, os cargos de provimento em comissão descritos no Anexo I, com suas nomenclaturas, quantitativos, referências e valores para atender às necessidades de funcionamento da Secretaria.

Parágrafo Único. As atribuições e competências das unidades que integram a Secretaria Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres e dos Direitos Humanos, são aquelas especificadas no Anexo II, desta Lei.

Art.5°. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a disciplinar o funcionamento da Secretaria Municipal da Mulher por meio da edição de atos normativos que disporão sobre o detalhamento de suas competências, com vistas ao cumprimento de suas finalidades, nos termos desta Lei.







Art.6°. Fica criado, na Lei Orçamentária Anual vigente para o exercício de 2022, o orçamento da Secretaria Mnicipal de Políticas Públicas para as Mulheres e dos Direitos Humanos, para o exercíco de 2022, no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), destinado ao atendimento das seguintes dotações orçamentárias:

26 - Secretaria Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres

2610 - Secretaria Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres:

14.122.0001.2073 - Gestão das Atividades da Secretaria Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres

339030 - Material de Consumo - R\$ 20.000,00

339032 - Material, bem ou serviço para distribuição gratuita - R\$ 20.000,00

339033 - Passagens e despesas com locomoção - R\$ 20.000,00

339036 - Outros Serviços de terceiros pessoa física - R\$ 35.000,00

339039 - Outros serviços de terceiros pessoa jurídica - R\$ 35.000,00

339043 - Subvenção social - R\$ 25.000,00

339048 - Auxílios a pessoa física - R\$ 25.000,00

449052 - Equipamento e material permanente - R\$ 20.000,00

Art.7°. A fonte de recursos para abertura do crédito citado no artigo anterior será proveniente da anulação total dos saldos remanescentes da ação 6021 - Manutenção das Políticas de Igualdade e Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e, levando em consideração a diferença restante para o montante total do crédito especial, através do superavit financeiro do exercício anterior, pela fonte de recursos 500.





Art.8°. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.9°. Revogam-se as disposições em contrário.

Dê-se Ciência, Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE MARAGOGI, Estado de Alagoas, aos 24 (vinte e quatro) dias do mês de outubro de 2023.

Fernando Sérgio Lira Neto

Prefeito Municipal do Município de Maragogi, Estado de Alagoas





ANEXO I

CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO CRIADOS (ART. 5°)

N° DE ORDEM	CARGO	SIMBOLOGIA	QUANTIDADE
01	Secretário Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres e dos Direitos Humanos	CC - 1	01
02	Assessor Técnico de Políticas Públicas para as Mulheres e dos Direitos Humanos	CC - 2	01
03	Diretor Técnico Municipal de Políticas Públicas para Mulheres e Direitos Humanos	CC - 2	01
04	Coordenador de Políticas Públicas e Projetos para Mulheres	CC - 4	01
05	Gerente de Prevenção e Enfrentamento à Violência contra a Mulher	CC - 5	01
06	Gerente de Promoção a Autonomia Economica e Igualdade no mundo do Trabalho	CC – 5	01
07	Coordenador de Políticas Públicas e Projetos para os Direitos Humanos	CC – 4	01
08	Gerente de Políticas Públicas para os Direitos Humanos	CC - 5	01





ANEXO II

ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS

Assessor Técnico de Políticas Públicas para Mulheres e dos Direitos Humanos

Objetivo: Prestar assessoria técnica à Secretaria.

- 1. Elaborar diagnósticos, estudos e projetos setoriais de interesse da Secretaria.
- 2.desenvolver estudos setoriais necessários à elaboração do Plano de Ação do Governo Municipal.
- 3.elaborar levantamentos, análises, consolidação e manutenção de fluxo de informações setoriais inerentes aos objetivos da Secretaria.
- 4.acompanhar e avaliar a execução de planos, programas e projetos, zelando para que sua implementação se dê, rigorosamente, de acordo com as políticas e diretrizes do Plano de Ação do Governo Municipal.
- 5. garantir a perfeita articulação e compatibilização do planejamento setorial com os planos geral e setoriais da Administração Municipal.
- 6. viabilizar o processo de planejamento setorial em sua totalidade, através de suporte técnico.
- 7.colecionar e analisar informações relevantes para o processo de planejamento da Secretaria, em interação com as demais áreas a ela subordinadas.





8. elaborar estudos que forneçam análises e propostas de alternativas para a formulação e revisão contínua das políticas setoriais, no decorrer da sua implementação.

- 9. elaborar análises técnicas que permitam a avaliação periódica e sistemática da coerência interna, da implementação, da consecução de objetivos e dos efeitos das políticas setoriais.
- 10.compilar dados para a proposta orçamentária da Secretaria, encaminhando-os ao Departamento de Planejamento Econômico-Financeiro da Secretaria Municipal de Planejamento Estratégico.
- 11. supervisionar o controle e a execução orçamentária e financeira da Secretaria.
- 12.coletar dados e elaborar relatórios para subsidiar as análises de exequibilidade e viabilidade das ações propostas no âmbito das estratégias políticas, administrativas, técnicas e operacionais.
- 13.elaborar estudos estatísticos dando tratamento às informações recebidas, analisando seus aspectos e definindo os dados necessários à coleta e o conteúdo de relatórios de diagnósticos.
- 14.analisar estatisticamente dados coletados, para auxiliar na definição de prioridades.
- 15. fornecer assessoria técnica ao Secretário em assuntos e situações específicas:
- 16.assessorar nas atividades de planejamento e avaliação no âmbito de toda a Secretaria.
- 17. desempenhar outras atribuições afins.

Diretor Técnico Municipal de Políticas Públicas para Mulheres e Direitos Humanos





Objetivo: Viabilizar internamente a execução das políticas públicas voltadas para a defesa e garantia dos direitos da mulher e dos direitos humanos.

- 1. Coordenar as atividades das áreas subordinadas, de acordo com as diretrizes e políticas estabelecidas para a defesa e a garantia dos direitos da mulher e dos direitos humanos;
- 2. Substituir o Secretário Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres e dos Direitos Humanos em suas faltas, ausências ou impedimentos;
- 3. Estabelecer e fazer cumprir metas, políticas de execução de atividades, cronogramas e prioridades para as diversas áreas.
- 4. Acompanhar e orientar a execução de atividades, controlando o cumprimento das metas e prioridades para as diversas áreas.
- 5. Estabelecer e fazer cumprir padrões de qualidade para a execução de atividades.
- 6. Avaliar a qualidade das atividades realizadas.
- 7. Participar do processo de planejamento setorial fornecendo informações sobre a execução de atividades planejadas, indicando necessidades de revisão de planos e apresentando propostas de políticas setoriais e de programas, projetos e atividades para sua execução.
- 8. Assessorar o Secretário na tomada de decisões.
- 9. Tomar providências necessárias à viabilização das políticas da Secretaria, dentro dos limites de decisão estabelecidos pela Secretaria.
- 10. Promover e realizar o planejamento, a coordenação, a execução, a supervisão e a avaliação dos programas, projetos e atividades situadas no âmbito da Secretaria Municipal de Políticas Públicas para as





Mulheres e dos Direitos Humanos, objetivando a qualificação dos serviços.

11. Elaborar e promover capacitação de lideranças comunitárias e profissionais das áreas de segurança pública, saúde educação e assistência social na temática da violência de gênero e direitos humanos.

12. Desempenhar outras atribuições afins e aquelas determinadas pelo titular da Pasta.

Coordenador de Políticas Públicas e Projetos para Mulheres

Objetivo: Formular, desenvolver, articular, coordenar, apoiar e monitorar políticas públicas e projetos, propondo medidas e atividades que visem à garantia dos direitos das mulheres.

- 1. Promover a intersetorialidade e transversalidade entre programas, planos projetos relacionados às políticas públicas para mulheres;
- 2. Apoiar e coordenar atividades de formação e capacitação para o enfretamento da violência contra a mulher;
- 3. Realizar e apoiar fóruns técnicos e conferências voltados para as mulheres;
- 4. Elaborar e promover a produção e a divulgação de material educativo e informativo destinado ao enfrentamento da violência contra as mulheres;
- 5. Subsidiar a elaboração e a implementação do plano Municipal de políticas públicas para mulheres;
- 6. Elaborar e implementar campanhas educativas de combate a todo tipo de discriminação contra a mulher no âmbito Municipal;





7. Capacitar lideranças comunitárias e profissionais das áreas de segurança pública, saúde educação e assistência social na temática da violência de gênero

8.Criar espaços de debate, e construir políticas públicas, no sentido de não reproduzir nas escolas, e na educação de forma geral, seja institucionalizado ou não, o sentido de uma educação plural e que respeite as diferenças.

9.Ampliar o conhecimento sobre a dimensão ideológica do racismo, sexismo e lesbofobia;

10. Desempenhar outras atribuições afins.

Gerente de Prevenção e Enfrentamento à Violência contra a Mulher

Objetivo: Promover e defender os direitos humanos das mulheres e da igualdade de oportunidade entre os sexos, visando diminuir o índice de violência.

1. Elaborar, supervisionar e gerenciar políticas de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres no âmbito municipal, que visem à prevenção e ao combate à violência, bem como à assistência e à garantia de direito às mulheres em situação de violência;

2.Articular com as demais Secretarias do Município ações que redundem na efetivação da política de enfrentamento à violência contra as mulheres;

3. Promover a articulação e a integração entre os órgãos públicos, visando à concretização das ações na área de enfrentamento da violência e à fiscalização e exigência do cumprimento da legislação que assegura os direitos das mulheres em situação de violência;





- 4. Desenvolver e implementar programas e projetos voltados ao enfrentamento à violência contra as mulheres que sofrem violência física, psicológica, sexual, patrimonial e moral, diretamente ou em parceria com outras Secretarias do Município de Serra;
- 5. Implementar, coordenar e executar políticas de proteção às mulheres em situação de vulnerabilidade, contribuindo para o rompimento do ciclo intergeracional da pobreza e para a melhoria das condições de vida de suas famílias;
- 6. Estabelecer políticas e mecanismos de atendimento social, jurídico e psicológico a mulher que sofre violência, discriminação e preconceito;
- 7. Colaborar com as demais autoridades no sentido de reduzir os índices de violência contra as mulheres;
- 8. Garantir o atendimento integral, multidisciplinar, humanizado e de qualidade as mulheres em situação de violência, discriminação e preconceito, desconstruindo estereótipos e representações de gênero;
- 9. Garantir o cumprimento dos instrumentos de enfrentamento a violência contra a mulher, assim como manter atualizada a legislação;
- 10.Criar condições para acolhimento em casas-abrigo, em locais sigilosos de mulheres e respectivos dependentes menores, em situação de risco de morte decorrente de violência doméstica;
- 11. Garantir a correta aplicação e efetivação da Lei Maria da Penha;
- 12. Garantir e proteger os direitos das mulheres em situação de violência, considerando as questões étnico-raciais, geracionais, de orientação sexual, de deficiência e de inserção social, econômica e regional.
- 13. Reduzir os índices de violência contra as mulheres por meio da implementação de políticas que visem o tráfico de pessoas no que diz respeito às ações referentes ao tráfico de mulheres, jovens e meninas;



nasce um novo tempo



- 14. Promover uma mudança cultural a partir da disseminação de atitudes igualitárias e valores éticos de irrestrito respeito às diversidades e de valorização da paz;
- 15. Assegurar atendimento especializado às mulheres do campo em situação de violência;
- 16. Garantir o enfrentamento da violência contra as mulheres, jovens e meninas vítimas do tráfico e da exploração sexual e que exercem a atividade da prostituição;
- 17. Proporcionar um espaço acolhedor e de escuta para atendimento integral às crianças que vêm acompanhadas das mães;
- 18. Promover ações que diminuam a vulnerabilidade das crianças acompanhadas das mães em atendimento;
- 19. Desenvolver atividades e ações que visem o desenvolvimento psicosocioeducativo da criança;
- 20. Promover a integração das informações entre os profissionais envolvidos na escuta das crianças e das mães que chegam até os Programas;
- 21. Desempenhar outras atribuições afins.

Gerente de Promoção a Autonomia Economica e Igualdade no mundo do Trabalho

Objetivo: Promover a autonomia econômica e igualdade de oportunidades no mundo do trabalho para as mulheres de Maragogi.





- 1. Promover a autonomia econômica e financeira das mulheres, considerando as dimensões étnico-raciais, geracionais, regionais e de deficiência;
- 2. Fomentar a autonomia financeira e econômica de mulheres, fortalecendo a economia local, gerando emprego e renda;
- 3. Promover a igualdade de gênero, considerando a dimensão étnicoracial nas relações de trabalho;
- 4. Promover a igualdade de acesso das mulheres às atividades produtivas, a consolidação de empreendimentos liderados por mulheres e o fortalecimento da autoconfiança feminina
- 5. Promover a valorização e o reconhecimento da contribuição econômica das mulheres no meio rural e nas comunidades tradicional;
- 6. Valorizar as mulheres trabalhadoras do município de Maragogi que são referência na sociedade;
- 7. Garantir às trabalhadoras domésticas o exercício de todos os direitos trabalhistas concedidos às trabalhadoras em geral, previstos no Artigo 7° da Constituição Federal;
- 8. Promover a valorização do trabalho doméstico não- remunerado e contribuir para a superação da atual divisão sexual do trabalho;
- 9. Promover a organização produtiva de mulheres vivendo em contexto de vulnerabilidade social, notadamente nas periferias urbanas;
- 10. Promover o acesso das mulheres à documentação civil para acesso ao trabalho:
- 11. Desempenhar outras atribuições afins.

Coordenador de Políticas Públicas e Projetos para os Direitos Humanos





Objetivo: Formular, desenvolver, articular, coordenar, apoiar e monitorar políticas públicas e projetos, propondo medidas e atividades que visem à garantia dos direitos humanos.

- 1. Promover a intersetorialidade e transversalidade entre programas, planos projetos relacionados a garantia dos direitos humanos;
- 2. Identificar e articular redes de proteção e defesa de direitos humanos, envolvendo órgãos públicos e entidades não-governamentais, para atuar no combate às violações de direitos humanos e resolução de tensões sociais de maneira coordenada e sistemática, em cooperação com o Ministério Público, órgãos dos Poderes Legislativo, Judiciário, Executivo, de todas as esferas;
- 3. Consolidar dados em Violações de Direitos Humanos do município para subsídio de ações de promoção e garantia dos Direitos Humanos;
- 4. Coordenar a atuação da Defesa dos Direitos Humanos, elaborando diretrizes, propiciando capacitação continuada à equipe, padronizando formulários e procedimentos;
- 5. Produzir informações e analisar dados sobre a Defesa dos Direitos Humanos e o combate às violações de direitos;
- 6.Desenvolver e implementar programas e projetos voltados a garantia dos direitos humanos, diretamente ou em parceria com outras Secretarias do Município;
- 7. Apoiar e coordenar atividades de formação e capacitação para a efetivação dos direitos humanos;
- 8. Realizar e apoiar fóruns técnicos e conferências voltados para a política de direitos humanos;
- 9. Elaborar e promover a produção e a divulgação de material educativo e informativo destinado a socialização dos direitos humanos garantidos legalmente;





- 10. Subsidiar a elaboração e a implementação do plano Municipal de direitos humanos;
- 11. Elaborar e implementar campanhas educativas de combate a todo tipo de violação de direitos humanos no âmbito Municipal;
- 12. Criar espaços de debate, e construir políticas públicas, no sentido de reproduzir nas escolas, e na educação de forma geral, seja institucionalizado ou não, o sentido de uma educação plural e que respeite as diferenças.
- 13. Ampliar o conhecimento sobre a dimensão ideológica do racismo, sexismo, homofobia entre outras formas de violação de direitos humanos;
- 14. Desempenhar outras atribuições afins.

Gerente de Políticas Públicas para os Direitos Humanos

Objetivo: Promover, apoiar e defender a efetivação dos direitos humanos.

- 1. Elaborar, supervisionar e gerenciar políticas de garantia dos direitos humanos no âmbito municipal, que visem à prevenção e ao combate a violação deste direito;
- 2. Articular com as demais Secretarias do Município ações que redundem na efetivação da política de defesa dos direitos humanos;
- 3. Promover a articulação e a integração entre os órgãos públicos, visando à concretização das ações socioeducativas na área de direitos humanos;





- 4. Apoiar e promover a produção e a divulgação de material educativo e informativo destinado a socialização dos direitos humanos garantidos legalmente;
- 5. Estabelecer políticas e mecanismos de atendimento social, jurídico e psicológico a pessoa vítima de violação dos direitos humanos;
- 6. Colaborar com as demais autoridades no sentido de reduzir os índices de violação dos direitos humanos;
- 7. Fomentar uma cultura de respeito e garantia dos Direitos Humanos;
- 8. Atender e orientar o cidadão, informar sobre seus direitos e sobre os procedimentos a serem observados para sua defesa e garantia;
- 9.Atuar em resposta a situações de risco e contingência de vulnerabilidade que conduzam às violações de direitos humanos;
- 10. Desempenhar outras atribuições afins.

Fernando Sérgio Lira Neto Prefeito Municipal do Município de Maragogi, Estado de Alagoas

¹ Este ato foi publicado pela Chefia de Gabinete do prefeito no Mural de Avisos da Prefeitura Municipal em 24/10/2023.
 ² E, Registrado, revisado e publicado pela Secretaria Municipal de Relações Institucionais no Diário Oficial dos Municípios/AMA em 31/0UTUBRO/2023.

